



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

**O SENTIDO DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA
ANÁLISE DAS PRÁTICAS AVALIATIVAS NA ESCOLA MUNICIPAL
JOSEFA LÍDIA DA SILVA MUNICÍPIO DE RIACHO DE SANTO
ANTÔNIO - PB**

Sonia Cristiana da Silva Andrade

Fundação Francisco Mascarenhas

Faculdades Integradas de Patos

E-mail: posgraduacao@fiponline.com.br

Resumo: A temática a ser discutida nesta pesquisa refere-se às contribuições da avaliação enquanto processo de reflexão sobre a prática docente, capaz de contribuir para o desenvolvimento e a aprendizagem na Educação Infantil, tomando como objeto de estudo a Escola Municipal Josefa Lídia da Silva, localizada no município de Riacho de Santo Antônio - PB. O estudo teve como objetivo geral analisar o sistema de avaliação na Educação Infantil, e como objetivos específicos compreender a avaliação no processo de desenvolvimento na Educação Infantil, bem como confrontar a prática avaliativa dos professores atuantes na Educação Infantil da Escola Municipal Josefa Lídia da Silva, com o aporte teórico estudado. O percurso metodológico envolveu pesquisa bibliográfica, coleta de dados, mediante aplicação de questionários com as professoras atuantes nessa instituição, visando conhecer sua prática avaliativa e suas concepções acerca da avaliação. Em relação à pesquisa realizada com as professoras, foi possível evidenciar que as divergências apontadas nas falas das mesmas apontam para a falta um planejamento mais consistente, em relação as suas práticas docentes, de forma que todas possam seguir um objetivo comum, considerando sempre as orientações do MEC, em relação à avaliação na Educação Infantil. Concluiu-se que ainda há necessidade de melhor formação das professoras acerca de tais orientações, indispensáveis para sua devida aplicação ou mesmo para que as professoras tomem consciência de sua prática e tenham argumentos para transformá-la.

Palavras-chave: Avaliação, Desenvolvimento, Educação Infantil, Prática docente.

1 INTRODUÇÃO

A temática discutida nesta pesquisa refere-se à avaliação como processo de reflexão sobre a prática pedagógica, visando favorecer a aprendizagem na Educação Infantil. O estudo foi aprofundado especificamente sobre avaliação, fundamentado nos seguintes autores: Libâneo (1994) *Didática*; Perrenoud (1999) *Avaliação Da Excelência a Regularização das Aprendizagens Entre Duas lógicas*; Luckesi (2011) *Avaliação da aprendizagem-componente do ato pedagógico*; Hoffmann (2009) *Avaliação Mediadora*; Hoffmann (2012) *Avaliação e Educação Infantil*; Hoffmann (2013) *avaliar primeiro, educar depois*; Antunes (2012) *A avaliação da aprendizagem*



escolar; Diretrizes Curriculares nacionais para a educação infantil, Oliveira (2012) O trabalho do professor na Educação Infantil; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LEI FEDERAL nº 9.394/96). O estudo teve como objetivo geral analisar o sistema de avaliação na Educação Infantil. Quanto aos objetivos específicos, pretendeu-se: compreender a avaliação no processo de desenvolvimento na Educação Infantil; bem como confrontar a prática avaliativa dos professores atuantes na Educação Infantil da Escola Municipal Josefa Lúcia da Silva, com o aporte teórico estudado.

2 REVENDO A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Escrever sobre a Educação Infantil no Brasil nos leva a meados do século XIX, quando não existia nesse país atendimento de crianças pequenas, como as creches e jardins de infância. Isso só mudou na segunda metade do século XIX, depois que começou a aumentar o êxodo rural. A partir daí, surgiu o desejo de se construir um país moderno, e juntamente com esse desejo, veio a necessidade de novas ideias educacionais. De acordo com Oliveira (2012, p. 21):

O desejo de construir uma nação moderna favoreceu a assimilação, por parte das elites políticas, de novos preceitos educacionais elaborados na Europa, como a ideia de jardim da infância, recebido com entusiasmo por alguns setores sociais e combatidos com veemência por outros.

Com a resistência do poder público, foram criadas em 1875 e 1877 os primeiros jardins de infância por entidades privadas no Brasil. Por volta de 1896, surgiram os primeiros jardins de infância públicos, bem como as creches, que tinham por finalidade oferecer atendimento e proteção à infância. O atendimento nessas instituições se dava particularmente aos filhos de operários, crianças órfãs, abandonadas ou filhos de famílias pobres. Assim, as creches vinculadas às fábricas buscavam atender os filhos de operários e as creches instaladas nas comunidades protegiam as crianças pobres e abandonadas. Nesse período, segundo Oliveira (2012, p. 22) “começa a predominar um discurso médico que atribuía à família a culpa por eventuais doenças de seus filhos, podendo as creches possibilitarem o crescimento saudável das crianças.”

A mesma autora descreve que o prestígio dado ao discurso médico foi sendo modificado pela preocupação de certos grupos sociais, como a organização de instituições para evitar a marginalidade e a criminalidade de crianças e jovens da população mais carente. Com isso, creches e parques infantis começaram a ser defendidos pelas elites no poder como ambientes promotores de



segurança e saúde, sem que fossem analisados os fatores econômicos, políticos e sociais presentes nas condições de vida daquela população.

Nas duas primeiras décadas do século XX foram implantadas, em várias regiões do país, as primeiras instituições de pré-escola assistencialista, originando-se, portanto, o caráter assistencialista da Educação Infantil no Brasil. Só no ano de 1961 foi aprovada a Primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 4024/61) que incluiu as escolas maternais e jardins de infância no sistema de ensino. O Capítulo 1, Art. 23, diz que “a educação pré primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternais ou jardins de infância.” Contudo, não mudaram as práticas educativas adotadas com relação as crianças pequenas, pois não se considerava o desenvolvimento integral da criança, sendo voltado apenas para o cuidar.

Em 1990, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual concretizou conquistas relacionadas aos direitos das crianças trazidas pela Constituição Federal de 1988, mas só a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, consolida legalmente a educação em creches e pré-escolas como a primeira Etapa da Educação Básica, a qual declara no Artigo 29 que,

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Nessa perspectiva, a educação infantil deixa de ter um caráter meramente assistencialista, centrado no cuidado, passando a ser entendida com o objetivo, não só de cuidar – que não deixa de ser necessário, mas precisa também contribuir para o desenvolvimento da criança nos mais diferentes aspectos. Também, nesse sentido, em 1998 foi publicado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), documento tem como objetivo servir como um guia de orientações educacionais sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos. O RCNEI estabelece como eixo orientador da Educação Infantil o termo cuidar-educar. De acordo com o Referencial, educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.



Em 2009 o Ministério da Educação fixa através da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010, p.12) a Educação infantil é definida como:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Tal definição vem afirmar a importância de um trabalho pedagógico comprometido com a qualidade e a efetivação de oportunidades para o desenvolvimento de todas as crianças. Assim sendo, atualmente a Educação Infantil no Brasil vem ganhando espaço nos programas de Políticas Públicas, os quais buscam a cada dia uma melhor qualidade de ensino. Em contra partida, Oliveira (2012, p. 31) diz que “o reconhecimento dessa importância convive com a dificuldade de ampliar o número de crianças atendidas nas instituições de Educação Infantil, especialmente no que se refere à creche”. Esse fator se revela preocupante, uma vez que, com a matrícula obrigatória para as crianças de quatro e cinco anos na pré-escola e a chegada aos seis anos de idade no Ensino Fundamental, requer o maior número possível de crianças de zero a três anos sendo atendidas no espaço da creche.

Porém, ainda citando Oliveira (2012, p.32):

Além do acesso, outros importantes aspectos definem parâmetros de organização adequados para atender as crianças. De forma geral, os critérios de qualidade do trabalho na educação Infantil devem abranger desde as condições de funcionamento das escolas (razão aluno/ professor, tamanho de salas, qualidade da alimentação, diversidade de materiais didáticos etc.), às práticas pedagógicas e condições de trabalho e formação dos diversos profissionais que fazem parte do contexto escolar.

Para ela, um bom exemplo de sistematização desses aspectos é o documento “Indicadores da Qualidade na Educação Infantil” (MEC/SEB, 2009), além de diversos trabalhos relacionados à avaliação da qualidade em creches e pré-escolas. Dessa forma, o trabalho pedagógico com as turmas de Educação Infantil adquiriu reconhecimento e ganhou uma dimensão mais ampla no sistema educacional, o qual visa atender às especificidades do desenvolvimento das crianças de zero a seis anos e contribuir para a construção e o exercício de sua cidadania.

3 CONCEITOS DE AVALIAÇÃO



A avaliação é algo que ocorre em diversos momentos da nossa vida, em qualquer situação em que se faz necessário um julgamento de valor, uma tomada de decisão. Não se aplica, portanto, apenas ao contexto escolar, mas exerce nesse, um papel de fundamental importância, na medida em que visa contribuir para o alcance dos objetivos educacionais.

Assim sendo, apresento os conceitos de avaliação apresentados pelos autores aqui estudados. Libâneo (1994, p.195) descreve avaliação como “uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem.” Para ele, a avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuições de notas. Luckesi (2011, p. 13) define avaliação como “um ato de investigar a qualidade daquilo que constitui seu objeto de estudo, e por isso mesmo retrata a sua qualidade.” Para Hoffmann (2012, p.13), o termo avaliação refere-se a “um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando sempre, a melhoria do objeto avaliado.” Perrenoud (1999, p.9) nos dá um conceito ainda mais amplo de avaliação, para ele:

Avaliar é – cedo ou tarde- criar hierarquias de excelências, em função das quais se decidirão a progressão no curso seguido, a seleção no início do secundário, orientação para diversos tipos de estudos, a certificação antes da entrada no mercado de trabalho e, frequentemente, a contratação. Avaliar é também privilegiar um modo de estar em aula e no mundo, valorizar formas e normas de excelência, definir um aluno modelo, aplicado e dócil para uns, imaginativo e autônomo para outros.

Portanto, compreendo assim que a avaliação possibilita o repensar de todo o processo educativo, com a finalidade principal de viabilizar o alcance dos objetivos educacionais, especialmente relacionados à aprendizagem, pois, apesar de encontrarmos tantas definições para avaliação, essa é concebida majoritariamente nas instituições de ensino como um processo cujo núcleo central é o julgamento.

No campo da Educação Infantil, a avaliação permite uma visão melhor do processo educativo e do desenvolvimento de cada criança, possibilitando repensar a prática pedagógica, identificando necessidade de novas intervenções, de modo a favorecer o desenvolvimento infantil, pois o ato de avaliar na educação infantil não está vinculado a nenhum tipo de promoção ou classificação, mas deve ser um instrumento para refletir sobre a própria prática, visando promover a aprendizagem das crianças, como garante a LDB (1996) “na Educação Infantil, a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção,



mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.” Essa lei abriu espaço para se pensar novos caminhos sobre a forma de avaliar as crianças pequenas, fazendo uso de portfólios, dossiês e arquivos bibliográficos citados por Barbosa (2008, p.111). Para ela, o acompanhamento das aprendizagens é a única maneira de não valorizar apenas o resultado, mas sim dar valor e visibilidade a todo o percurso construído no processo de aprendizagem.

Nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- A não retenção das crianças na Educação Infantil.

Para Hoffmann (2012, p.23),

Essas medidas legais são louváveis, porque, a partir dos anos 70, intensificam-se os procedimentos avaliativos nas instituições, principalmente na rede privada, como forma de responder à exigência das famílias e como sinônimo de um atendimento eficaz aos seus filhos.

Para essa autora, na quase ausência da discussão teórica específica sobre a finalidade do processo avaliativo, tais práticas acabam influenciando fortemente as práticas classificatórias no ensino regular, onde se usava o método de aprovação/ reprovação com retenção de crianças por até dois anos ou mais na Educação Infantil.

Compreende-se então que demos um grande passo em termos de avaliação na Educação Infantil, pois, atualmente, essa consiste no acompanhamento do desenvolvimento infantil e, por isso, precisa ser conduzida de modo a fortalecer a prática docente no sentido de entender que avaliar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil implica sintonia com o planejamento e com o processo



de ensino. É, portanto, um processo de reflexão sobre a própria prática, desde o planejamento, a execução das atividades pedagógicas até os resultados percebidos em relação ao desenvolvimento infantil. O professor precisa então ter o cuidado de perceber a abrangência deste processo, tendo em vista que, ao mesmo tempo em que avalia o todo, deve estar atento também ao desenvolvimento individual de cada criança.

4 PRÁTICAS AVALIATIVAS NA ESCOLA MUNICIPAL JOSEFA LÍDIA DA SILVA MUNICÍPIO DE RIACHO DE SANTO ANTÔNIO – PB

Riacho de Santo Antônio está localizado no Cariri Paraibano, com uma população estimada em 1 923 habitantes, segundo dados do IBGE (2015). É nessa cidade que encontramos o maior Teatro ao ar Livre da Paraíba, no qual todos os anos apresentam há a encenação da Paixão de Cristo, o que a torna uma cidade bastante popular, embora pequena demograficamente e em território.

Riacho de Santo Antônio dispõe atualmente de duas escolas, uma Estadual que abrange o Ensino Fundamental (segunda fase) e o Ensino Médio; e outra Municipal, onde realizei esta pesquisa. A última referida denomina-se Escola Municipal Josefa Lídia da Silva e atende as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental (primeira e segunda fase). A Educação Infantil foi formada neste ano letivo por quatro turmas, divididas da seguinte forma: duas turmas de pré I e duas turmas de pré II, somando um total de 65 alunos. Cada sala conta com uma professora, e não dispõe de auxiliares da educação. O Centro de Referência de Educação Infantil ainda não foi construído, sendo as crianças de Berçário II e Maternal I, II e III atendidas em sede provisória. Segundo informam as próprias gestoras que o Projeto Político Pedagógico da escola está em fase de construção.

A coleta de dados junto aos professores da Escola Municipal Josefa Lídia da Silva deu-se por meio da aplicação de um questionário voltada mais especificamente para os objetivos da pesquisa, sendo este composto por 4 questões subjetivas. Foi possível constatar que 100% dos professores atuantes na Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino desta instituição são do sexo feminino. Em relação à formação acadêmica, observa-se que todas as professoras são graduadas em pedagogia e possuem também especialização, porém apenas duas são especializadas em Educação Infantil.



4.1 As Concepções dos Professores e as Práticas Avaliativas na Educação Infantil da Escola Municipal Josefa Lúcia da Silva

O questionário utilizado na pesquisa tinha por objetivo identificar as concepções e práticas avaliativas dos professores de educação infantil atuantes na Escola Municipal Josefa Lúcia da Silva. Dentre as questões aplicadas, a primeira questão utilizada na pesquisa foi: O que é avaliação para você? As professoras relacionaram a avaliação à forma pela qual alcançam um determinado objetivo. Uma das professoras relatou que a avaliação é um processo contínuo, em que é acompanhado o desenvolvimento e desempenho do aluno num determinado assunto ou conteúdo. Para elas, a avaliação se faz necessária para observar se a criança desenvolveu a aprendizagem dos conteúdos trabalhados. Algumas deixaram a entender que consideram importante a aplicação de provas para avaliar se as crianças aprenderam mesmo o conteúdo.

Quando perguntei se consideram importante a Semana de Provas na Educação Infantil, uma delas me respondeu o seguinte: “não, porque o aluno da educação infantil deve ser avaliado todos os dias e não numa semana específica.” Enquanto outra afirmou que “a prova é a melhor forma de saber se a criança está ou não aprendendo alguma coisa.”

Quando questionei sobre como é feita a avaliação na Educação Infantil nessa escola, essa última professora declarou que são feitas duas avaliações por ano, uma no mês de junho e outra em dezembro. Nessas avaliações são utilizados os conceitos Excelente, Bom e Regular, os quais ficam registrados no diário de classe, tendo as professoras acesso direto aos resultados. Segundo uma das professoras, esse método utilizado é muito eficaz na sua turma, visto que ela consegue acompanhar a aprendizagem dos alunos de fato. Essas avaliações são aplicadas com o objetivo de saber se o aluno desenvolveu ou não o aprendizado, tanto na escrita como na leitura. Tal prática contradiz a LDB (1996), como também as orientações do RCNEI, que abrange todos os aspectos (físico, cognitivo, social, afetivo), não apenas a linguagem. Em contraponto, outras três professoras entrevistadas relataram que a avaliação é feita em processo contínuo, através da observação, participação e interação das crianças no dia a dia.

As divergências apontadas nas falas das professoras evidenciam que falta um planejamento mais consistente, em relação às práticas das professoras, em que todas possam seguir um objetivo comum, considerando sempre as orientações do MEC em relação à avaliação na Educação Infantil. Evidencia-se também a necessidade de melhor formação das professoras acerca de tais orientações, indispensáveis para sua devida aplicação ou mesmo para que as professoras tomem consciência de sua prática e tenha argumentos para transformá-la.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta pesquisa foi investigar o sentido da avaliação para os docentes que atuam na Educação Infantil da Escola Municipal Josefa Lídia da Silva, município de Riacho de Santo Antônio – PB, considerando a avaliação enquanto processo de reflexão sobre prática, visando o desenvolvimento das crianças.

Inicialmente, busquei tecer um breve histórico da Educação Infantil no Brasil, de modo a contextualizar melhor o tema em estudo. Esse momento foi fundamental para mostrar que a Educação Infantil sofreu transformações ao longo da história. Inicialmente havia uma distinção entre os objetivos das instituições conforme o poder aquisitivo da criança e suas famílias, sendo que aos filhos de operário era oferecido o cuidado, essencialmente assistencialista nas creches.

No Brasil, tal situação começa a mudar a partir da Constituição Federal de 1988 e da promulgação da LDB de 20 de dezembro de 1996, em que a educação é reconhecida um direito da criança, especialmente quando a educação infantil passa a ser considerada a primeira etapa da educação básica. A partir daí, começa a ser delineada uma nova proposta de Educação Infantil, expressa por meio de documentos como o RCNEI e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Nota-se, portanto, o caráter diferenciado da prática pedagógica na Educação Infantil. Nesse sentido, surge uma perspectiva peculiar da avaliação no contexto da educação infantil, a qual não tem entre seus objetivos a classificação ou a promoção das crianças para qualquer fim. A avaliação na educação infantil assume um papel diferenciado, cujos objetivos são voltados essencialmente para o desenvolvimento da criança, possibilitando identificar a necessidade de novas intervenções, novas estratégias educativas, bem como visualizando melhor o avanço de cada criança nos diversos campos do desenvolvimento (físico, afetivo, cognitivo, social).

Por meio dos questionários aplicados às professoras, foi possível evidenciar que algumas não reconhecem os objetivos da avaliação na Educação Infantil, demonstrando que concordam com aplicação de provinhas para avaliar a aprendizagem das crianças.

Os dados evidenciam, portanto, a necessidade de que haja, no Sistema Municipal de Ensino, uma maior discussão acerca dos instrumentos avaliativos, se possível construindo-os coletivamente com os professores da rede. Evidencia-se também a necessidade de que o corpo docente esteja continuamente em formação no campo da avaliação na Educação Infantil, a fim de



que entendam melhor seus objetivos e possa tornar a avaliação um instrumento favorecedor do desenvolvimento infantil.

Esta pesquisa não se faz conclusa, dada a incompletude das reflexões apresentadas, constituindo sim um ponto de partida para novas investigações a serem realizadas não só por mim – em um possível mestrado – mas também por outros pesquisadores interessados em contribuir para a construção de práticas avaliativas capazes de efetivamente constituir instrumentos de reflexão e transformação da prática pedagógica na educação infantil.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. *A avaliação da aprendizagem escolar: fascículo 11*. 9 ed. Petrópolis, RJ; Vozes, 2012. 54p.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. *Projetos Pedagógicos na Educação Infantil*. Porto Alegre: Grupo A, 2008. 128 p.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. N.º 9.394, de 1996. 60 p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. v 3. Brasília: MEC/SEF, 1998. 253 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil* /Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. 36 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação*. Brasília: MEC, SEB, 2006. 17 p.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente* [recurso eletrônico]: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 13. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, 2015. 117 p.

HOFMANN, Jussara. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Mediação. 2009. 176 p.



HOFMANN, Jussara. *Avaliação na Educação Infantil: um olhar reflexivo sobre a criança*. Porto Alegre: mediação, 2012. 152 p.

HOFMANN, Jussara. *Avaliar primeiro, educar depois*. 4 ed. Porto alegre: Mediação, 2013. 184p.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <http://www/cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251278&search=paraiba|riacho-de-santo-antonio>> Acesso em: 04 de abril de 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994. 263p.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico*. 1ed. São Paulo: Cortez, 2011. 448p.

OLIVEIRA, Zilma Ramos (org.). *O trabalho do professor na educação infantil*. São Paulo: Biruta, 2012. 420p.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*. Porto alegre: Artmed, 1999. 183p.